

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO POLÍTICA NA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Residência em saúde; Participação social; Sistema único de saúde

Introdução

A participação social constitui um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS), assegurada por mecanismos democráticos que possibilitam à população contribuir na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saúde. Nesse contexto, as Conferências de Saúde configuram-se como espaços privilegiados de diálogo entre usuários, trabalhadores, gestores e prestadores de serviços, favorecendo a construção coletiva de diretrizes para o fortalecimento do sistema de saúde. Além do exercício do controle social, esses espaços apresentam importante potencial formativo para residentes multiprofissionais, ao proporcionar vivências relacionadas à gestão participativa, aos processos deliberativos e à dimensão política do trabalho em saúde. Objetivou-se relatar a experiência de residentes em Saúde Coletiva durante a participação em uma Conferência Municipal de Saúde realizada em um município do interior do Ceará, destacando suas contribuições para a formação política e o fortalecimento da participação social.

Métodos

Trata-se de relato de experiência, de abordagem descritiva e qualitativa, vivenciado por residentes multiprofissionais em Saúde Coletiva durante uma Conferência Municipal de Saúde realizada no primeiro semestre de 2026. O evento, cujo tema foi "Saúde, Democracia, Soberania e SUS: Cuidar do povo é cuidar do Brasil", abordou participação social, fortalecimento do SUS e formulação de políticas públicas. Os residentes acompanharam todas as etapas, desde o credenciamento até a plenária final, participando dos grupos de trabalho organizados por eixos temáticos. Atuaram por meio da escuta qualificada, formulação de perguntas, apresentação de contribuições e construção coletiva de propostas junto a gestores, trabalhadores, usuários e demais atores sociais. As reflexões foram sistematizadas à luz dos princípios do SUS e das diretrizes da formação em serviço.

Resultados / Discussão

A experiência evidenciou a conferência como espaço democrático de governança participativa e fortalecimento do controle social. Os grupos de trabalho promoveram debates sobre financiamento, Atenção Primária à Saúde, regionalização da assistência, qualificação da gestão, valorização dos trabalhadores, educação permanente e ampliação do acesso aos serviços. A dinâmica favoreceu o diálogo entre os diferentes segmentos, culminando na elaboração e aprovação coletiva de propostas em plenária. A vivência aproximou a formação em serviço dos processos de planejamento e gestão, possibilitando compreender negociações, pactuações e desafios da formulação de políticas públicas. Também fortaleceu competências relacionadas à comunicação, argumentação, liderança, pensamento crítico, tomada de decisão compartilhada, trabalho multiprofissional e defesa dos princípios da universalidade, integralidade, equidade e participação social.

Considerações Finais

A participação na Conferência Municipal de Saúde mostrou-se estratégia relevante para a formação política dos residentes multiprofissionais, ao proporcionar vivências nos processos democráticos que sustentam a gestão participativa e o controle social no SUS, bem como fortalecimento da articulação entre ensino-serviço, ampliando a compreensão sobre os desafios da gestão pública e da construção coletiva das políticas de saúde. Assim, as Conferências de Saúde reafirmam-se como dispositivos estratégicos da formação em serviço, favorecendo o desenvolvimento de competências político-institucionais e a formação de profissionais comprometidos com a defesa do SUS e gestão democrática.

Referência Bibliográfica

ILIBIO, Michel Belmiro; VIEIRA, Reginaldo de Souza. Controle social na saúde: análise do tratamento dado a participação popular a partir das conferências nacionais de saúde pós Constituição de 1988. Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas, Brasília, v. 3, n. 1, p. 78-100, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/download/1937/pdf/4875>. Acesso em: 30 jun. 2026.